



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para fornecimento de MATERIAL ELÉTRICO, para atender as necessidades da Subsecretaria de Iluminação Pública, através da Secretaria de Serviços e Equipamentos Públicos, pelo período de 1 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2 Requisitante: Subsecretaria de Iluminação Pública

1.3 Fundamentação legal: Pregão Eletrônico (art. 28, I) via Registro de Preço (art. 78, IV) Lei 14.133/2021;

1.4 Período: 01 (um) ano a contar da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços

1.5 Tipo: Menor preço por grupo nos termos do art. 33, I, da Lei n.º 14.133/2021

1.6 Aquisição de MATERIAL ELÉTRICO, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO I - ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNDE.	QTDE.
01	428468	ABRAÇADEIRA NYLON PLÁSTICA 4,8mmx400mm PACOTE COM 100un	Un.	50
02	370512	ABRAÇADEIRA TIPO U ¾" METÁLICA	Un.	1.000
03	454112	ADAPTADOR ¾" P/ CAIXA CONDULETE 4x2" PVC CINZA SOBREPOR	Un.	6.000
04	36817	ADAPTADOR DE PORCELANA PARA RECEPTÁCULO E-40 x E-27	Un.	3.000
05	457200	ADAPTADOR DE PORCELANA PARA RECEPTÁCULO E-27 x E-40	Un.	3.000
06	365561	ARRUELA DE AÇO 5/8"	Un.	2.000
07	339934	BARRA DE TERMINAL CONECTOR TIPO SINDAL 12 BORNES 2,5 A 6mm²	Un.	100
08	365553	BARRA ROSCADA 5/8" 1 m	Un.	1.000
09	300050	BARRAMENTO COBRE 10P 100A 19cm	Un.	100
10	292393	BARRAMENTO PENTE MONOFÁSICO 12 POLOS 80A	Un.	100
11	292392	BARRAMENTO PENTE TRIFÁSICO 12 POLOS 80A	Un.	100
12	364944	BUCHA DE NYLON S10 COM PARAFUSO	Un.	1.000
13	249217	BUCHA DE NYLON S6 COM PARAFUSO	Un.	2.000
14	602037	BUCHA DE NYLON S8 COM PARAFUSO	Un.	1.000
15	389055	CANETA DETECTORA DE TENSÃO 1000 V	Un.	10
16	228424	CAP TAMPÃO ESGOTO SÉRIE NORMAL PVC DN 100mm	Un.	500
17	452768	CONECTOR DE TORÇÃO PARA CABO 2,5 À 6mm²	Un.	3.000
18	458410	CONECTOR DERIVAÇÃO PERFURANTE ISOLADO, CONDUTOR PRINCIPAL 10 Á 95 mm² CONDUTOR DE DERIVAÇÃO 1.5 Á 10 mm²	Un.	6.000
19	335400	CONECTOR GENÉRICO PARA CABO 6,00 À 25mm²	Un.	1.000
20	334070	CONECTOR SPLITBOLT PARA CABO 2,5 À 16mm²	Un.	500
21	443571	CONECTOR TUBULAR DUPLO 10,0mm²	Un.	500
22	446221	CONECTOR TUBULAR DUPLO 2,5mm²	Un.	500
23	446221	CONECTOR TUBULAR DUPLO 4,0mm²	Un.	500



24	446221	CONECTOR TUBULAR DUPLO 6,0mm ²	Un.	500
25	474274	CONECTOR VAGO 3 VIAS 0,5 x 6,0mm ²	Un.	6.000
26	479607	CONECTOR TIPO CUNHA METÁLICO PRINCIPAL ATÉ 35mm ² DERIVAÇÃO 2,5mm ²	Un.	6.000
27	464972	FILTRO DE LINHA COM 4 SAÍDAS 2P+T 20A – 1 METRO	Un.	100
28	366386	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8" x 2,40 m	Un.	30
29	446451	PLAFONIER COM BOCAL LOUÇA E-27	Un.	1.100
30	388406	PLUG MACHO 10A + PLUG FÊMEA 10A 2P+T PRETO	Un.	500
31	386067	PLUG MACHO 20A + PLUG FÊMEA 20A 2P+T PRETO	Un.	500
32	365557	PORCA AÇO 5/8"	Un.	2.000
33	15962	ROLO DE ARAME GALVANIZADO 20m	Un.	100
34	227838	TUBO DE SILICONE TRANSPARENTE 280g	Un.	100
35	608304	SUPORTE PARA DISJUNTOR TRILHO LISO GALVANIZADO 1m	Un.	50
36	473323	TERMINAL DE COMPRESSÃO 2,5mm ²	Un.	500
37	443572	TERMINAL DE COMPRESSÃO 4,0mm ²	Un.	500
38	600298	TERMINAL DE COMPRESSÃO 6,0mm ²	Un.	500
39	600297	TERMINAL DE COMPRESSÃO 10,0mm ²	Un.	500
40	443569	TERMINAL OLHAL 1,5 x 2,5mm ²	Un.	500
41	443572	TERMINAL OLHAL 4,0 x 6,0mm ²	Un.	500
GRUPO II - ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNDE.	QTDE.
42	208345	BRAÇO METÁLICO GALVANIZADO 1,50 m Ø48mm ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Un.	1.100
43	387029	BRAÇO METÁLICO GALVANIZADO 3,00 m Ø48mm ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Un.	880
44	366212	BRAÇO METÁLICO GALVANIZADO 1,00 m Ø25mm ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Un.	1.100
45	344923	CINTA PARA POSTE CIRCULAR METÁLICA DE 190mm COMPLETO	Un.	200
46	364542	CINTA PARA POSTE CIRCULAR METÁLICA DE 230mm COMPLETO	Un.	200
47	364538	CINTA PARA POSTE CIRCULAR METÁLICA DE 250mm COMPLETO	Un.	200
48	326696	CINTA PARA POSTE CIRCULAR METÁLICA DE 280mm COMPLETO	Un.	200
49	380054	CINTA PARA POSTE CIRCULAR METÁLICA DE 300mm COMPLETO	Un.	200
50	390065	FITA BAP METÁLICA 1,00 m	Un.	1.000
51	390963	FITA BAP METÁLICA 1,20 m	Un.	1.000
52	433499	FOTOCELULA RELÉ FOTOELÉTRICO DE TENSÃO IP67 TOMADA 3 PINOS, 10A 305VCA; 50/60HZ - 100V à 240V	Un.	10.000
53	433505	LUMINÁRIA ABERTA METÁLICA ILUMINAÇÃO PÚBLICA Ø 48 À 60mm E40 400W	Un.	3.000
54	602245	LUMINARIA ABERTA METÁLICA ILUMINACAO PUBLICA Ø25 À 32mm E27	Un.	2.200
55	351382	LUMINÁRIA METÁLICA ARANDELA TARTARUGA PAREDE C/ GRADE Soq E27	Un.	200
56	404011	REATOR DE 100 W EXTERNO METÁLICO – 220 V	Un.	4.000
57	362937	REATOR DE 100 W EXTERNO SÓDIO – 220 V	Un.	4.000
58	204709	REATOR DE 400 W EXTERNO METÁLICO – 220 V	Un.	7.000
59	323462	REATOR DE 400 W EXTERNO SÓDIO – 220 V 60khz FP >0,94	Un.	7.000
60	207720	REATOR DE 70 W EXTERNO SÓDIO – 220 V	Un.	4.000
61	367908	REATOR INTERNO METÁLICO 400 W 60khz FP >0,94	Un.	450
62	359567	REATOR INTERNO SÓDIO 400 W 60khz FP >0,94	Un.	450
63	433833	TOMADA BASE FIXA COM SUPORTE METÁLICO P/ RELÉ FOTOELÉTRICO 100/240v 50/60hz	Un.	10.000
64	399542	TUBO REDONDO AÇO GALVANIZADO Ø100mm (4") x 6m	Un.	200
65	394034	TUBO REDONDO AÇO GALVANIZADO Ø75mm (3") x 6m	Un.	200



GRUPO III - CABOS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNDE.	QTDE.
66	458472	CABO FLEX COBRE 10,00mm ² 750V PVC/A, BWF, CLASS 5. VERDE ROLO COM 100m	Un.	5
67	458473	CABO FLEX COBRE 10,0mm ² 750V PVC/A, BWF, CLASS 5. PRETO ROLO COM 100m	Un.	20
68	458471	CABO FLEX COBRE 10,0mm ² 750 V PVC/A, BWF, CLASS 5. AZUL ROLO COM 100m	Un.	5
69	458465	CABO FLEX COBRE 16,00mm ² 750 V PVC/A, BWF, CLASS 5. VERDE ROLO COM 100m	Un.	3
70	458466	CABO FLEX COBRE 16,0mm ² 750V PVC/A, BWF, CLASS 5. PRETO ROLO COM 100m	Un.	10
71	458464	CABO FLEX COBRE 16,0mm ² 750 V PVC/A, BWF, CLASS 5. AZUL ROLO COM 100m	Un.	3
72	322158	CABO FLEX COBRE 25,0mm ² 750V PVC/A, BWF, CLASS 5. AZUL ROLO COM 100m	Un.	1
73	317528	CABO FLEX COBRE 25,0mm ² 750V PVC/A, BWF, CLASS 5. PRETO ROLO COM 100m	Un.	3
74	344486	CABO FLEX COBRE 2,5 mm ² 750 V PVC/A, BWF, CLASS 4. AZUL ROLO COM 100m	Un.	25
75	458456	CABO FLEX COBRE 2,5 mm ² 750 V PVC/A, BWF, CLASS 4. VERDE ROLO COM 100m	Un.	25
76	458373	CABO FLEX COBRE 2,5mm ² 750 V PVC/A, BWF, CLASS 4. PRETO ROLO COM 100m	Un.	100
77	458452	CABO FLEX COBRE 4,0mm ² 750 V PVC/A, BWF, CLASS 4. AZUL ROLO COM 100m	Un.	25
78	458455	CABO FLEX COBRE 4,0mm ² 750 V PVC/A, BWF, CLASS 4. PRETO ROLO COM 100m	Un.	100
79	458486	CABO FLEX COBRE 4,0mm ² 750 V PVC/A, BWF, CLASS 4. VERDE ROLO COM 100m	Un.	25
80	409290	CABO FLEX COBRE 6,0mm ² 750 V PVC/A, BWF, CLASS 5. VERDE ROLO COM 100m	Un.	25
81	409290	CABO FLEX COBRE 6,0mm ² 750 V PVC/A, BWF, CLASS 5. PRETO ROLO COM 100m	Un.	100
82	409290	CABO FLEX COBRE 6,0mm ² 750 V PVC/A, BWF, CLASS 5. AZUL ROLO COM 100m	Un.	25
83	351685	CABO FLEX. COBRE P.P 3x2,5mm ² CLASSE 5 – PVC/D – PVC/ST5 – 300/750 V ROLO COM 100m	Un.	150
84	339888	CABO FLEX. COBRE P.P 3x4,0mm ² CLASSE 5 – PVC/D – PVC/ST5 – 500/1kV ROLO COM 100m	Un.	50
85	390617	CABO PARALELO COBRE 2,5mm ² 750 V – PVC/D – CLASSE 5 ROLO COM 100m	Un.	10
GRUPO IV - CAIXAS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNDE.	QTDE.
86	247887	CAIXA DE SOBREPOR 4x2'' CINZA CONDULETE	Un.	3.000
87	612097	CAIXA 4x2'' DE EMBUTIR AMARELA	Un.	200
88	612096	CAIXA 4x4'' DE EMBUTIR AMARELA	Un.	200
89	328206	CAIXA DE SOBREPOR PVC 104x104x54mm CINZA COM TAMPA	Un.	500
90	267457	CAIXA DE PASSAGEM METÁLICA 10x10cm SOBREPOR COM TAMPA	Un.	100
91	333498	CAIXA DE PASSAGEM SOBREPOR PVC 20x20cm COM TAMPA	Un.	50
92	420113	CAIXA PARA ATERramento 23x19cm C/ TAMPA	Un.	30
93	471939	CAIXA CONCRETO 20x20cm COM TAMPA	Un.	500
94	420113	CAIXA DE EMBUTIR OCTOGONAL 4x4'' PRETA	Un.	500
GRUPO V - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNDE.	QTDE.
95	437800	CONTACTORA 40A 220V 50/60Hz	Un.	50



96	460173	CONTACTORA 50A 220V 50/60 Hz	Un.	50
97	484194	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 10A	Un.	100
98	373719	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 16A	Un.	50
99	484197	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 25A	Un.	50
100	484198	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 32A	Un.	50
101	482699	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 40A	Un.	50
102	408888	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 50A	Un.	50
103	355010	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 70A	Un.	10
104	402081	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 100A 10 KA	Un.	25
105	416378	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 20A	Un.	50
106	416375	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 25A	Un.	50
107	416383	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 32A	Un.	50
108	484199	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 40A	Un.	50
109	402018	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 50A 10 KA	Un.	50
110	336367	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 70A 10 KA	Un.	50
111	429686	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTO 20kA	Un.	80
112	419864	FITA ISOLANTE ANTICHAMA 19mmx20m COR PRETA	Un.	2.200
113	267584	FITA ISOLANTE DE AUTOFUSÃO 19mmx10m	Un.	500
114	444949	FITA ZEBRADA DE 7 cm x 200 m AMARELA E PRETA	Un.	500
115	484691	QUADRO DE DISJUNTORES DIN 24 POSIÇÕES COM BARRAMENTO 150A DE EMBUTIR	Un.	20
116	484691	QUADRO DE DISJUNTORES METÁLICO DIN 24 POSIÇÕES COM BARRAMENTO 150A DE SOBREPOR	Un.	20

GRUPO VI - ELETRODUTOS E FITAS ISOLANTES

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNDE.	QTDE.
117	460767	CANAleta SIS, X 20x10x2000mm S/ DIVISÓRIA BRANCA C/ FITA ADESIVA	Un.	200
118	418787	CURVA 90° LONGA PVC PARA ELETRODUTO RÍGIDO CINZA ¾"	Un.	300
119	614374	ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL PEAD 2" ROLO COM 50 m	Un.	20
120	600271	ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL PEAD 1" ROLO COM 50 m	Un.	20
121	31500	ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL PEAD ¾" ROLO COM 50 m	Un.	20
122	333524	ELETRODUTO RÍGIDO ¾" SOLDÁVEL CINZA VARA COM 3 METROS	Un.	100
123	365633	LUVA ¾" DE CORRER PARA ELETRODUTO RÍGIDO CINZA	Un.	300
124	445154	PASSADOR DE FIOS 30m COM ALMA DE AÇO	Un.	10

GRUPO VII - LÂMPADAS, REFLETORES E RECEPTÁCULOS

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNDE.	QTDE.
125	327232	LÂMPADA 100 W – VAPOR DE SÓDIO TUBULAR – 220 V	Un.	4.000
126	404011	LÂMPADA 100 W – VAPOR METÁLICO TUBULAR – 220 V	Un.	4.000
127	446777	LÂMPADA 400 W – METÁLICA TUBULAR – 220 V	Un.	7.000
128	359555	LÂMPADA 400 W – VAPOR DE SÓDIO TUBULAR – 220 V	Un.	7.000
129	334165	LÂMPADA 70 W – VAPOR DE SÓDIO TUBULAR – 220 V	Un.	6.000
130	600028	LÂMPADA LED 100 W – 3000K – 220 V	Un.	1.000
131	600028	LÂMPADA LED 100 W – 6500K – 220 V	Un.	1.000
132	441136	LÂMPADA LED 20 W – 6500K – 220 V	Un.	4.400
133	468578	LÂMPADA LED 40W – 3000K – 220 V	Un.	2.000
134	454051	LÂMPADA LED 40 W 6500K – 220 V	Un.	2.000
135	439278	LÂMPADA LED 50 W 3000K – 220 V	Un.	3.000
136	439278	LÂMPADA LED 50 W 6500K – 220 V	Un.	3.000
137	600029	LÂMPADA LED 70 W – 3000K – 220 V	Un.	1.000
138	600029	LÂMPADA LED 70 W – 6500K – 220 V	Un.	1.000
139	449306	LAMPADA LED TUBULAR 18 W 4.000K COM 1,20 m DE COMPRIMENTO	Un.	500
140	446171	RECEPTÁCULO BOCAL DE LOUÇA E-27 LOUÇA	Un.	1.100



141	379841	RECEPTÁCULO BOCAL E-40 LOUÇA	Un.	1.100
142	434161	REFLETOR LED 100 W 5000K – 220 V COM IP67	Un.	200
143	433196	REFLETOR LED 200 W 5000K – 220 V COM IP67	Un.	660
144	605716	REFLETOR LED 400 W 5000K – 220 V COM IP67	Un.	500
GRUPO VIII - LUMINÁRIAS LED				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNDE.	QTDE.
145	602245	LUMINARIA LED PÚBLICA 50W - CORPO ALUMÍNIO - IP66 - Ø 48 À 60mm- ÂNGULO DE ABERTURA HORIZONTAL 140° - ÂNGULO DE ABERTURA VERTICAL 90° - 4000K - 100-277V - 60Hz - FP 0,98 - 150Lm/W - C/ BASE PARA RELE FOTO ELÉTRICO	Un.	1.000
146	602245	LUMINARIA LED PÚBLICA 120W - CORPO ALUMÍNIO - IP66 - Ø 48 À 60mm - ÂNGULO DE ABERTURA HORIZONTAL 140° - ÂNGULO DE ABERTURA VERTICAL 90° - 4000K - 100-277V - 60Hz - FP 0,98 - 150Lm/W - C/ BASE PARA RELE FOTOELÉTRICO	Un.	1.000
147	602245	LUMINARIA LED PÚBLICA 200W - CORPO ALUMÍNIO - IP66 - Ø 48 À 60mm- ÂNGULO DE ABERTURA HORIZONTAL 140° - ÂNGULO DE ABERTURA VERTICAL 90° - 4000K - 100-277V - 60Hz - FP 0,98 - 150Lm/W - C/ BASE PARA RELE FOTO ELÉTRICO	Un.	1.000
GRUPO IX - TOMADAS INTERRUPTORES E ACESSÓRIOS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNDE.	QTDE.
148	329858	INTERRUPTOR 2 SEÇÕES COM TAMPA P/ CAIXA 4x2'' SOBREPOR CONDULETE CINZA	Un.	300
149	396839	INTERRUPTOR 2 SEÇÕES SISTEMA X COM CAIXA EXTERNA PVC BRANCO	Un.	110
150	372932	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL BIPOLAR 40A	Un.	20
151	384829	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL TETRAPOLAR 63A	Un.	20
152	408897	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL TETRAPOLAR 40A	Un.	20
153	470164	INTERRUPTOR COM TOMADA SIMPLES COM TAMPA 2P+T 10A P/ CAIXA 4x2'' SOBREPOR CONDULETE CINZA	Un.	300
154	614337	INTERRUPTOR COM TOMADA SIMPLES COM TAMPA 2P+T 10A P/ CAIXA 4x2''	Un.	300
155	483582	INTERRUPTOR SIMPLES COM TAMPA P/ CAIXA 4x2'' SOBREPOR CONDULETE CINZA	Un.	300
156	340625	INTERRUPTOR SIMPLES SISTEMA X COM CAIXA EXTERNA PVC BRANCO	Un.	220
157	452735	INTERRUPTOR SIMPLES COM TAMPA P/ CAIXA 4x2''	Un.	660
158	347050	INTERRUPTOR DUPLO COM TAMPA P/ CAIXA 4X2''	Un.	300
159	365638	TAMPA CEGA 4x2'' P/ CAIXA SOBREPOR CONDULETE CINZA	Un.	200
160	365638	TAMPA CEGA 4x4'' PARA CAIXA SOBREPOR CINZA – CONDULETE	Un.	200
161	326748	TAMPA CEGA 4x2'' BRANCA C/ PARAFUSO	Un.	200
162	335704	TAMPA CEGA 4x4'' BRANCA C/ PARAFUSO	Un.	200
163	433833	TOMADA BASE FIXA COM SUPORTE METÁLICO P/ RELÉ FOTOELÉTRICO 100/240v 50/60hz	Un.	10.000
164	319406	TOMADA 2P+T SISTEMA X COM CAIXA EXTERNA PVC BRANCO	Un.	330
165	460998	TOMADA DUPLA COM TAMPA 2P+T 10A P/ CAIXA 4x2'' SOBREPOR CONDULETE CINZA	Un.	500
166	460997	TOMADA SIMPLES COM TAMPA 2P+T 10A P/ CAIXA 4x2'' SOBREPOR CONDULETE CINZA	Un.	500
167	460997	TOMADA SIMPLES COM TAMPA 2P+T 10A P/ CAIXA 4x2''	Un.	800
GRUPO X - ESCADAS				
ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNDE.	QTDE.



168	607557	ESCADA REFORÇADA ALUMÍNIO ARTICULADA 4,70m DE ALTURA	Un.	5
-----	--------	--	-----	---

1.7 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos da Orientação Normativa AGU nº 54/2014, para efeito de utilização da modalidade pregão.

1.8 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal 1746/2022.

1.9 O objeto desta contratação é classificado como de natureza contínua, uma vez que envolve a execução ininterrupta e indispensável à manutenção das atividades operacionais da Administração Pública no que tange a iluminação pública, não podendo sofrer descontinuidade, sob pena de prejuízos à eficiência dos serviços públicos prestados à população.

1.10 O prazo da vigência da ATA é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme art. 84 da Lei Federal de nº 14.133/2021.

1.11 O prazo da contratação será de 1 (um) ano a partir da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente por igual período não ultrapassando o período de 05 (cinco) anos, conforme art. 106, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Fundamentação da Contratação

- A justificativa para a contratação, bem como os quantitativos correspondentes, está detalhados no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e em seção específica do Estudo Técnico Preliminar (ETP), ambos anexados a este Termo de Referência.

2.2 Objetivo e Abrangência

- A Secretaria Municipal de Serviços e Equipamentos Públicos, por meio da Subsecretaria de Iluminação Pública, realiza anualmente diversas licitações, incluindo a aquisição de materiais elétricos essenciais para a manutenção preventiva e corretiva da iluminação pública no Município de Nova Friburgo. Além disso, os recursos também são destinados à manutenção de sistemas elétricos em prédios e espaços públicos, garantindo o pleno funcionamento das atividades. Essas ações visam assegurar o cumprimento dos princípios da eficiência, legalidade e finalidade pública.

2.3 Importância da Iluminação Pública

- A manutenção da iluminação pública é fundamental, pois contribui diretamente para a segurança, a redução de acidentes, a melhoria da qualidade de vida, a valorização imobiliária e o estímulo às atividades comerciais e turísticas, entre outros benefícios.
- Uma iluminação adequada não apenas reduz a criminalidade e aumenta a sensação de segurança dos cidadãos, mas também melhora a visibilidade para motoristas e pedestres. Além disso, incentiva a ocupação de espaços públicos no período noturno, promovendo a convivência social e o lazer.

2.4 Impacto da Infraestrutura de Iluminação



- A iluminação pública vai além da simples iluminação de vias. Trata-se de uma infraestrutura essencial, com impactos diretos na segurança, na economia, na qualidade de vida e na sustentabilidade ambiental.
- Além da iluminação pública, os recursos destinados também contemplam pequenas reformas e a substituição de componentes desgastados pelo uso contínuo, modernizando os sistemas elétricos de prédios públicos e atendendo a outras demandas que possam surgir.

2.5 Manutenção de iluminação em prédios públicos

- A manutenção preventiva e corretiva da iluminação em prédios públicos é essencial para garantir segurança, eficiência, acessibilidade e preservação da funcionalidade dessas edificações.
- Além disso, a manutenção regular assegura o funcionamento eficiente dos sistemas de iluminação, evitando desperdícios de energia.
- Muitos prédios públicos possuem relevância histórica e arquitetônica, e a conservação adequada da iluminação contribui para realçar suas características, protegendo-os contra danos.
- Uma iluminação eficiente também melhora a segurança de funcionários e visitantes, garantindo um ambiente mais adequado para o desempenho das atividades.

2.6 Definição dos Quantitativos

- **A definição dos quantitativos a serem adquiridos leva em consideração o histórico de compras de itens similares em licitações anteriores, cujas atas estão anexadas a este documento.**

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A solução proposta para atender às necessidades da administração municipal é a aquisição de materiais elétricos, com o objetivo de suprir as demandas da Subsecretaria de Iluminação Pública, por meio de Pregão Eletrônico, utilizando a modalidade de Ata de Registro de Preços, com vigência de 1 (um) ano, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por mais 1 (um) ano, conforme artigo 84, da Lei Federal 14.133/2021.

3.1.1 As contratações anteriores foram realizadas via SRP, adotando a modalidade “menor preço por item”, no entanto, o resultado final não foi satisfatório. Isso ocorreu porque, das 30 (trinta) empresas que registraram ATA, 9 (nove), ou seja 30% (trinta por cento), não atenderam as requisições por completo, ou até mesmo, sequer enviaram um item, alegando que a quantidade solicitada era pequena, e, por este motivo, não era vantajoso arcar com custos de transportes.

3.2 A licitação por meio de Pregão Eletrônico é mais vantajosa e permite a participação de maior número de empresas. Contudo, muitas dessas empresas, especialmente as de outros estados, não consideram as despesas de transporte no momento da proposta. Assim, quando vencem a licitação com valores reduzidos, acabam não realizando a entrega.

3.3 Embora a modalidade “menor preço por item” seja, em regra, a mais democrática, pois amplia a concorrência e possibilita que mais empresas participem e vençam o certame, seu benefício se perde quando as vencedoras não cumprem com a entrega. Isso gera prejuízo ao contratante, no caso concreto,

compromete diretamente o abastecimento de materiais para manutenção do sistema de iluminação pública do município, impactando negativamente a vida dos contribuintes.

Dessa forma, em conformidade com as regras da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 14.133/2021) e considerando as decisões dos acórdãos do TCE-RJ, os objetos desta licitação serão agrupados em **GRUPOS/LOTES**, visando evitar as inconsistências observadas em processos anteriores.

3.4 Justificativa para a Compra de Material Elétrico Agrupado po Lotes

3.4.1 A aquisição de materiais elétricos por meio de licitação pública deve atender aos princípio da economicidade, eficiência e competitividade. Dessa forma, a escolha pelo agrupamentos dos itens em lotes justifica-se pelos seguintes motivos:

3.4.1.1 Padronização e Qualidade dos Materiais: A compra por lotes permite a aquisição de materiais elétricos padronizados, garantindo compatibilidade e qualidade nos serviços e instalações;

3.4.1.2 Otimização dos Processos de Aquisição: O agrupamento dos materiais por lotes reduz a quantidade de processos licitatórios, diminuindo o tempo e os custos administrativos envolvidos na contratação;

3.4.1.3 Ganho de Escala e Redução de Custos: A compra em maior volume possibilita melhores condições comerciais, como preços mais competitivos e descontos oferecidos pelos fornecedores;

3.4.1.4 Maior Atratividade para Fornecedores: O agrupamento por lotes permite que empresas especializadas em determinados tipos de materiais elétricos participem da licitação, ampliando a concorrência e garantindo maior oferta de produtos;

3.4.1.5 Facilidade na Gestão de Estoque e Logística: A compra consolidada evita compras fragmentadas e melhora a logística de armazenamento e distribuição dos materiais;

3.4.1.6 Conformidade com a Legislação e Eficiência Administrativa: A centralização da aquisição por meio de lotes segue as diretrizes da NLLC (Lei nº 14.133/2021), permitindo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

3.4.2 Diante desses fatores, a aquisição de materiais elétricos por meio de lotes na licitação justifica-se como a alternativa mais eficiente e vantajosa para a Administração Pública.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

4.1 Com o objetivo de adquirir itens de alta qualidade, provenientes de fontes renováveis e sustentáveis, serão adotados critérios rigorosos na fase prévia à adjudicação dos contratos. Para tanto, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar catálogos, folders e/ou fichas técnicas dos materiais ofertados, evidenciando suas características técnicas conforme as especificações do edital. Essa exigência visa garantir a compatibilidade e a adequação dos produtos ao objeto contratado.

4.2 Critérios de Sustentabilidade: Os produtos ofertados deverão cumprir os critérios estabelecidos pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, que incluem, entre outros, os seguintes requisitos:

4.2.1 Eficiência Energética: Priorização de materiais elétricos eficientes, como lâmpadas de LED, que promovam economia de energia e atendam às normas de eficiência (ex.: INMETRO);

4.2.2 Durabilidade: Seleção de itens com maior durabilidade e vida útil, minimizando a geração de resíduos;

4.2.3 Certificação: Preferência por produtos certificados quanto à qualidade e durabilidade;

4.2.4 Reciclabilidade: Valorização de materiais recicláveis ou que contenham elementos reciclados em sua composição, isentos de substâncias perigosas à saúde, como metais pesados, conforme as regulamentações vigentes.

4.3 Apresentação e Análise de Amostras

4.3.1 Caso a proposta de valor seja aceita, a apresentação de amostras poderá ser exigida. O licitante classificado **DEVERÁ**, caso seja solicitado a apresentação de amostras, entregar as amostras no prazo de 7 (sete) dias corridos, no endereço da Secretaria Municipal de Serviços e Equipamentos Públicos, localizado na Avenida Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo – RJ. As amostras devem estar devidamente identificadas com informações como nome do licitante, data de fabricação, prazo de validade e marca. A responsabilidade pelo envio e por eventuais atrasos recai integralmente sobre a empresa, sendo permitida a prorrogação do prazo mediante solicitação fundamentada, realizada antes do seu término.

4.3.2 Caso a amostra não seja entregue, haja atrasos injustificados ou não atenda às especificações previstas, a proposta será recusada. Se a amostra do primeiro classificado for rejeitada, a avaliação seguirá para o segundo classificado e assim sucessivamente, até a identificação de uma proposta compatível. Durante a análise, os exemplares poderão ser manuseados e até desmontados para verificação técnica, sem direito a ressarcimento. Após a divulgação do resultado final, os fornecedores terão até cinco dias para recolher as amostras; findo esse prazo, as mesmas poderão ser descartadas pela Administração.

4.4 Documentação Complementar

4.4.1 Quando não forem solicitadas amostras físicas, O CONTRATANTE poderá solicitar catálogos ou fichas técnicas detalhadas. Se as informações fornecidas não forem suficientemente claras, poderá ser exigida a apresentação de uma amostra física. Ademais, é obrigatória a apresentação de documentação financeira que comprove a aptidão econômica do licitante, incluindo:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstrações de resultados dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- Certidão negativa relativa a processos de falência.

4.5 Garantias e Outras Condições

4.5.1 Os itens deverão atender a padrões mínimos de qualidade, acompanhados de garantias mínimas de 12 (doze) meses contra eventuais vícios, identificados no ato da entrega ou posteriormente.

4.5.2 A subcontratação não será permitida.

4.5.3 A garantia contratual prevista nos artigos 96 e seguintes, da Lei nº 14.133/21 não será exigida, tendo em vista que a licitação ocorrerá via Sistema de Registro de Preços - SRP.

4.5.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O fornecimento dos itens será realizado de forma fracionada, conforme a necessidade e solicitação da Secretaria Municipal de Serviços e Equipamentos Públicos, com prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota de Empenho.

Secretaria requisitante:	Secretaria de Serviços e Equipamentos Públicos
Endereço:	PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO Avenida Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo – RJ
Horário de entrega:	Segunda a sexta-feira, das 09h às 16h.

5.2 Todos os materiais devem ser novos, acondicionados em embalagens originais lacradas e em fase normal de produção – não serão aceito equipamentos descontinuados ou fora de linha. Além disso, os produtos devem incluir os acessórios necessários para seu funcionamento, bem como documentação técnica atualizada, como manuais.

5.3 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 07 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.



- 6.2.1** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.2.2** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 6.2.3** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- 6.3** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 6.4** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.5** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.6** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.7** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.8** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 6.9** O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.
- 6.10** Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/ gestor substituto e fiscal/fiscal substituto;
- 6.11** O(os) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.12** O(os) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.13 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.14 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.14.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.14.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.14.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.14.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 A nota fiscal deverá ser emitida em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

7.2 DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA

7.2.1 A liquidação será realizada pela Secretaria de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

7.3 DO PAGAMENTO DA DESPESA:

7.3.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

7.3.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido.

7.3.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.



7.3.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.3.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, I c/c art. 17, § 2º.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica:

a – Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva se-

de, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.2.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.2.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.2.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante

apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

8.12.2.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou órgãos de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de

falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.14.8 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

8.14.9 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.14.10 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.14.11 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.14.12 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.14.13 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.15 Qualificação Técnica:

8.15.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 DA CONTRATADA:

- a) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) Manter, durante a vigência do contrato ou Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- g) A estender aos contratos objeto da ATA, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- h) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- i) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- j) Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- k) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação, comunicando imediatamente, o Contratante em caso de alteração.

9.2 DA CONTRATANTE:

- a) Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos projetos entregues;
- b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação de serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;



- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) Demais condições constantes do edital de licitação.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetos da licitação;

10.1.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 Advertência;



10.3.2 Multa;

10.3.3 Impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 Moratória de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 13.133.058,00 (treze milhões, cento e trinta e três mil, cinquenta e oito reais)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:



Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Secretaria Municipal de Serviços e Equipamentos Público	52001.1545100142.045	175100000000	33.90.30.38

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Tendo em vista que os documentos pertencentes ao presente processo licitatório não se enquadram como sigilosos, informamos que as informações nele contidas não necessitam de classificação, e estarão disponíveis para consulta tão logo o Edital seja publicado.

13.3 Termo de Referência elaborado por esta subscritora, auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria de Serviços e Equipamentos Públicos.

Nova Friburgo/RJ, 10 de janeiro de 2025

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Eliene Costa Olival Matr.: 300.559	<hr/> Guilherme de Carvalho Ramos Matr.: 063.232

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

José Sebastião Rabello
Secretário Municipal de Serviços e Equipamentos Públicos
Matr.: 063.664